

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovada a inversão de pauta.

Passemos ao item da pauta.

- “PL 408/2022, DO EXECUTIVO. Altera a Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD; introduz alterações na Lei nº 16.211, de 27 de maio de 2015, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Há sobre a mesa parecer que será lido.

Peço ao Sr. Secretário, Vereador Fernando Holiday, que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: *(Parecer conjunto das Comissões Reunidas de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Administração Pública; Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; Educação, Cultura e Esportes; e Finanças e Orçamento ao PL 408/2022, do Executivo)*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lido o parecer, em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 408/2022. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Desculpa, Sr. Presidente.

- Manifestação simultânea.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto contrário deste Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Perdão. Vou anular a votação, porque há inscrições para encaminhamentos de votação.

Não proclamei o resultado. Submeto ao Plenário a anulação do processo de votação. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. Aprovado. Está anulado, porque há oradores inscritos.

Passemos aos encaminhamentos de votação.

Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Senhor Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, já falei um pouco sobre o PL 408/22. Eu pediria que colocasse de novo, para ficar registrado, o que temos de dados. A Prefeitura desestatiza, entrega o patrimônio público, pega o recurso da entrega dos bens públicos para investir em asfalto. Nos anos 2019 a 2021, mais de 50% do recurso vindo dessas concessões, dessas privatizações foram para o asfalto, quando,

na verdade, deveriam ir para as áreas sociais.

Para que os senhores tenham uma ideia, vou falar rapidamente. Surpreendentemente, o caixa da Prefeitura de São Paulo aumenta a cada dia. Hoje temos 32,6 bilhões de reais no caixa da Prefeitura. Com uma aplicação financeira desse recurso, temos 2,5 bilhões de reais, juros de aplicação desse recurso. Onde isso está sendo investido? Não está sendo investido nas áreas prioritárias.

Aí tem um projeto que vai entregar o patrimônio público, desestatizar, abrir a porteira para a desestatização para que esse recurso venha. Então esse recurso que está aí, tanto o recurso do caixa como o recurso advindo de qualquer desestatização, de entrega do patrimônio público.

O Prefeito Ricardo Nunes tem um compromisso na Câmara Municipal, de enviar um projeto ou de permitir que aprovemos a revogação do confisco de aposentadorias e pensões dos servidores públicos municipais, que foi feito com a reforma do Smapprev 2. Então nós temos 2,5 bilhões de juros da aplicação dos recursos em caixa, então temos condições, plenamente, Prefeito Ricardo Nunes, de revogar o confisco de aposentadorias e pensões do servidor que ganha um salário mínimo, acima de um salário mínimo, ganha 1,5 mil reais, e tem o desconto da previdência. É um verdadeiro crime que foi cometido aqui.

Então quero dizer para o Prefeito Ricardo Nunes: os números estão ali, os números são do balanço, então temos esses valores todos aplicados, mas de 50% aplicados em asfalto na cidade de São Paulo quando, na verdade, os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, deveriam ser aplicados nas áreas sociais, e não são.

Percebemos claramente que o Governo não está preocupado com absolutamente nada do social, não consegue ter uma programação, não consegue ter um planejamento de projetos para investimento na cidade de São Paulo, e o recurso está lá guardado, e a situação da Cidade é essa, lamentável, que temos vivido aqui.

Então reafirmo o compromisso para o Prefeito Ricardo Nunes, exigindo uma providência. Apresentei o PDL 92 para revogar o confisco das aposentadorias e pensões. Espero

que as vereadoras e os vereadores apoiem esse projeto, que façamos essa discussão na Câmara Municipal. A Lei 1.380, na Assembleia Legislativa, já revogou o confisco em nível estadual e nós precisamos fazer isso aqui também.

Recursos há, falta a vontade política do Prefeito Ricardo Nunes de atender esses aposentados e pensionistas que tiveram o confisco das suas aposentadorias e pensões. E isso é um valor muito insignificante perto do recurso que está sendo drenado para asfalto e outras políticas que não são políticas das áreas sociais.

Dessa maneira, Sr. Presidente, encaminho voto contrário a esse projeto de lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Esse projeto trata de algumas questões, uma é a cessão onerosa de direito à nomeação de equipamentos esportivos municipais.

Bom, eu acho isso bastante temeroso. A Prefeitura municipal não está com problema de caixa. Eu acho que acabam ganhando muito mais algumas empresas que vão pegando o equipamento público para fazer propaganda. Mais ainda, eu acho que isso afeta a Cidade Limpa, nós estamos desvirtuando a Cidade Limpa. É um direito nosso não ter poluição visual e, quando fazemos isso, estamos afetando fortemente a Cidade Limpa, que foi um acerto para a cidade de São Paulo.

Outra questão é a seguinte: já que é para fazer, faz direito. Tem de ter expertise para fazer. Imaginem, por exemplo, que todos os CDCs vão poder colocar o nome de uma empresa, 75% do dinheiro ficaria para o equipamento. Mas é claro que se a empresa vai investir vai querer colocar o seu nome no lugar onde ela terá visibilidade.

Por exemplo, o CDC onde eu moro, na região de Sapopemba, é bem escondido, é

na quebrada. Não tem visibilidade nenhuma, ninguém vai querer colocar lá. Agora, eles vão querer colocar em outros lugares onde houver visibilidade. O Governo, pelo menos, deveria fazer um estudo desses equipamentos esportivos e amarrar: Olha, você vai ficar com um bom, mas vai ficar também com o ruim.

O que vai acontecer é que os 30, 40, 50 que têm visibilidade vão conseguir atrair o setor privado para exibir seu nome, para ter a cessão como o Allianz Parque ou o Corinthians com a Neo Química.

Mas os equipamentos que não tiverem a possibilidade de visibilidade vão continuar na mesma precarização. Então assim, nem estudar o Governo estudou para fazer um projeto decente nesse ponto de vista.

Outra coisa é aumentar o rol de bens públicos que poderão ter outorga de concessão. As áreas que eles acabam colocando a mais: áreas situadas embaixo de viadutos, pontos adjacentes do Município de São Paulo; pontos de comércio de serviços situados em vias de logradouros públicos; áreas localizadas em equipamentos culturais no Município de São Paulo. Fora os equipamentos desportivos, vai acontecer isso também nos equipamentos culturais.

Agora, sim, Vereador Celso Giannazi, o senhor acha que o teatro de Cangaíba vai ter o mesmo prestígio que o Theatro Municipal, por exemplo? É claro que os caras vão querer pegar a fatia onde lhes interessa; onde não lhes interessar, não terá investimento nenhum. Novamente, o Governo não faz nenhum estudo de fazer uma amarração de algum equipamento que dá visibilidade e interesse com um outro que não houver. O Governo infelizmente faz um projeto muito aquém do que poderia fazer.

Numa outra área, vão conceder pontos de comércio e serviços situados em vias de logradouros públicos que possam contemplar a utilização de mobiliários públicos associados como bicicletários, sanitários, bancos e tudo mais. Isso também fala muito do espaço da cidade, do direito da cidade.

Hoje, já há estimativa de que temos de 60 a 70 mil pessoas morando nas ruas. Como ficam essas áreas que serão usadas para isso? Uma concessão tirar o direito das pessoas que

já nem têm direito a casa, direito a nada, ainda não terão direito a determinados espaços na cidade de São Paulo, como acontece agora no Anhangabaú.

É bastante temerário esse tipo de projeto. A cidade ganha muito pouco. Eu acho que a sociedade nem debateu as consequências dessa medida, votar o projeto é prematuro, por isso, a Bancada do PSOL vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereadora Luana, seu tempo já se esgotou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Já? Encerrado o processo de encaminhamento, passemos ao processo de votação.

A votos o PL 408/2022. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, requeiro, regimentalmente, uma verificação nominal de votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – É regimental o pedido de V.Exa. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Voto “sim”, encaminho voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “não”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,

pelo bem da cidade, voto “não”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto

“sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram

“sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite UNIÃO) – Votaram “sim” 36 Srs. Vereadores; “não”, 13 Srs. Vereadores. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Passemos ao item seguinte.

- “PL 362/2022, DO EXECUTIVO. Estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais, utilizadas para produção por diferentes restaurantes e/ou empresas, destinada à comercialização de refeições e alimentos essencialmente por serviço de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, popularmente conhecidas como ‘dark kitchens’. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª (DISCUTIDO POR 55MIN48S). APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO NOMINAL E FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA. HÁ SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite UNIÃO) – A discussão foi encerrada e o substitutivo lido.

Há sobre a mesa parecer, que será lido.

- É lido o seguinte: (parecer ao substitutivo PL 362/2022)